

Pacote amanhece com Figueiredo e pode ser anunciado

Delfim levará cedo ao Presidente as mudanças que o País aguarda

Hoje cedo o presidente Figueiredo vai examinar o conjunto de medidas do "pacote econômico". E se forem aprovadas, o chefe do Governo poderá anunciar-las imediatamente. A informação foi do ministro Delfim Netto, do Planejamento, quando saiu ontem, às 22 horas, do Palácio do Planalto, depois de uma reunião da cúpula econômica. Já o ministro Ernane Galvães, da Fazenda, confirmou para quinta-feira a apreciação, pelo Conselho Monetário, das medidas de natureza monetária que fazem parte do pacote.

Segundo Delfim, serão tomadas medidas nas áreas monetária, fiscal e no âmbito do Governo. Apesar da negativa do ministro em especificá-las, vários assessores dos dois ministros confirmaram que entre as decisões de natureza fiscal estão a antecipação do Imposto de Renda dos Bancos; pagamento do IR na fonte sobre as operações no "open market"; e a redução do IOF.

No campo monetário, está incluída a eliminação do controle quantitativo sobre as aplicações bancárias – considera a principal. Para o ministro Galvães, ela deverá auxiliar na redução da taxa de juros.

Os dois ministros também confirmaram que o Governo vai continuar a transferir para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) os reajustes nos preços dos derivados do petróleo e do trigo. A alteração dos valores de mercado desses produtos foi a forma encontrada pelo Governo para reduzir os subsídios que recebiam.

Galvães, no entanto, insistiu que a retirada dos auxílios aos produtos importados, ao crédito à agricultura, às exportações e às pequenas e médias empresas será feita de forma gradual, descartando um possível tratamento de choque.

Mas Nelson Mortada, o titular da Secretaria de Controle das Estatais (Sest) e que também fazia parte da reunião, revelou que a nova versão dos orçamentos das empresas só deverá ser anunciada na próxima semana.

Desprendimento para eficácia do pacote

O ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, condenou ontem, energicamente, o que considerou falta de solidariedade que se reflete no comportamento dos especuladores frente ao momento de crise. E se confessou estrecido ao saber que os cofres de todos os bancos, principalmente do Banco do Brasil, estão lotados de ouro e dólar. Para o ministro, o mais egoísta dos homens deve ser solidário para evitar prejuízos futuros.

Os comentários foram feitos ontem, quando Camilo Penna se reuniu pela primeira vez – com todos os secretá-

EBN



"Sangue, suor e lágrima", o apelo de Penna

rios da Indústria e do Comércio. "Sangue, suor e lágrimas" – pediu o ministro aos titulares estaduais da pasta. Depois da reunião, revelou que o MIC vai lançar um programa de desconcentração estadual, denominado "Matrizes de Vocações Estaduais". Nele será enfatizada a regionalização do crescimento para evitar a grande circulação de mercadorias no País, o que contribui para aumentar os custos por causa do maior consumo de combustível.

Já o ministro Galvães informou, à tarde, que a desindexação da economia ainda não tinha sido decidida. E que algumas medidas, a serem examinadas pelo Conselho Monetário Nacional – inclusive a desindexação – voltaram aos ministérios para mais estudos. Técnicos da área, no entanto, confirmaram, além do corte aos subsídios da agricultura e da exportação, a eliminação do crédito educativo.

Uma fonte da área econômica também revelou que o reajuste da gasolina não será de 55 por cento, conforme foi noticiado, mas de 41 por cento. E espera-se para hoje anúncio pelo ministro da Fazenda, do saldo da balança comercial de maio, que poderá ficar em quase 600 milhões de dólares.

Apoio internacional será decisivo

A comunidade financeira internacional apoiará peremptoriamente as medidas que estão sendo elaboradas pelo Governo brasileiro para o ajuste de sua

da oferta do dinheiro". Por isso, defendeu a liberação da expansão dos empréstimos. Para o empresário Newton Rossi, presidente da Federação do Comércio, "este é o momento em que todo o povo brasileiro deve dar um crédito de confiança ao Governo", já que "é momento de se tomar medidas rígidas".

A comissão executiva nacional do PMDB deverá manifestar-se formalmente sobre o pacote só depois de seu anúncio pelo Governo, informou, ontem, em Brasília, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido. Mas se houver tempo, a manifestação do PMDB poderá ocorrer hoje, durante a reunião da direção nacional.

Ulysses comentou que mesmo sem conhecer oficialmente as novas medidas, tudo "indica que serão ruins, provocando certamente, o agravamento da crise sócio-econômica".

Apelo dos Presidentes das Estatais a Figueiredo

Os presidentes da Petrobrás, Shigeaki Ueki, da Eletrobrás, Costa Cavalcanti; e Eliezer Batista, da Campanhia Vale do Rio Doce, pediram ao presidente Figueiredo para não incluir no novo pacote econômico a transferência da presidência dos conselhos administrativos das estatais dos seus respectivos presidentes executivos, para os ministros de Estado a que são vinculadas as empresas. A informação foi dada, ontem, por altas fontes do Governo, as quais acrescentaram que os três dirigentes de estatais estão confiantes em que o presidente da República irá atender o seu pedido.

Por seu lado, o secretário da Sest, depois de uma reunião à tarde com o chefe da Assessoria do Ministério do Planejamento, informou que ainda prosseguem as discussões com as "holdings" das estatais em torno do que será eliminado nos gastos programados para os itens do orçamento "outros custos" e "pessoal e encargos sociais".

O secretário da Sest afirmou que "não é fácil fazer cálculos, quando os números são expressos em trilhões". Mais à noite, previu só para a próxima semana a entrega da nova versão dos orçamentos das estatais. Segundo um técnico da Sest, o problema maior é que as empresas estão trabalhando normalmente, gastando com base no orçamento em vigor. Desse modo, um novo corte terá de considerar os dispêndios até agora não realizados.

O ministro Delfim Netto, por sua vez, reuniu-se, ontem, com o professor Octávio Gouveia de Bulhões, ex-ministro da Fazenda e membro do Conselho Monetário Nacional, para trocar idéias sobre medidas que estão sendo estudadas na área econômico-financeira.